

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



RANKING NACIONAL DE DISPENSA DE ALVARÁS E LICENÇAS

Relatório do 4º Trimestre de 2025

Publicado em: janeiro de 2026

DEPARTAMENTO NACIONAL DE
REGISTRO EMPRESARIAL
E INTEGRAÇÃO

DREI

MINISTÉRIO DO
EMPREENDEDORISMO,
DA MICROEMPRESA E DA
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Sumário

- 1. Apresentação**
- 2. Metodologia**
- 3. Ranking por Estado**
- 4. Ranking por Município**
- 5. Capitais – Comparativo Nacional**
- 6. Análise Comparativa e Evolutiva**
- 7. Considerações Finais**



1. APRESENTAÇÃO

Simplificação e Inovação para quem empreende

Fortalecimento da política Nacional de Simplificação e o Empreendedorismo local

Os pequenos negócios representam vetor estratégico do desenvolvimento econômico e social do país, constituindo base estruturante da Política Nacional de Simplificação e Integração, orientada à competitividade, à eficiência regulatória e à diminuição das assimetrias regionais.

Amparada nas Leis nº 8.934/1994, nº 11.598/2007 (REDESIM) e nº 14.816/2024, a política, coordenada pelo MEMP por meio da Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios (SANE) e do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, consolida-se como instrumento de modernização, digitalização e integração dos processos de registro e legalização de empresas.

O DREI tem fortalecido essa agenda em articulação com as Juntas Comerciais, governos estaduais e entidades parceiras, promovendo eficiência regulatória, interoperabilidade dos sistemas e governança colaborativa.

O Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças demonstra o avanço dessa política, com foco na classificação de atividades de baixo risco e na cooperação entre órgãos licenciadores, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com base em dados, tecnologia e cooperação federativa, o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) consolida uma estratégia nacional voltada ao fortalecimento dos pequenos negócios e à modernização do ambiente empresarial brasileiro, promovendo um sistema mais simples, seguro, digital e inovador.



2. METODOLOGIA

A classificação das atividades econômicas de baixo risco e a dispensa de atos públicos de liberação — como alvarás e licenças — têm fundamento na Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica) e na Lei nº 11.598/2007, que instituiu a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

Essa política pública federativa promove a integração e simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas, em cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Resolução CGSIM nº 51/2019 estabelece o padrão nacional de atividades econômicas de baixo risco, aplicável automaticamente aos entes que não editaram norma própria. Os Estados, Distrito Federal e Municípios podem adotar classificações específicas, desde que observem as diretrizes do Comitê para Gestão da REDESIM (CGSIM) e assegurem segurança jurídica, uniformidade e coerência regulatória.

Nos termos da Resolução CGSIM nº 37/2018, o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) — órgão integrante do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) — é responsável por elaborar e divulgar o Mapa de Empresas, consolidando informações sobre a integração dos sistemas, os prazos de registro e os avanços da política de simplificação em cada unidade federativa.

A aprovação da lista de baixo risco por ato normativo estadual implica o consenso entre todos os órgãos licenciadores competentes — especialmente Corpos de Bombeiros, Vigilâncias Sanitárias e órgãos ambientais —, assegurando que as atividades classificadas como de baixo risco estejam plenamente dispensadas de qualquer ato público de liberação.

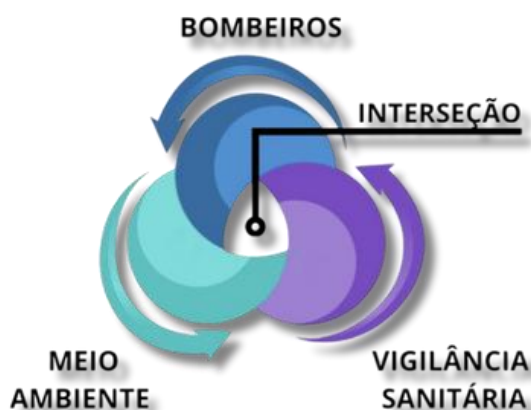
Essa harmonização de entendimentos entre os órgãos licenciadores confere validade e efetividade à política de simplificação, permitindo ao empreendedor iniciar suas operações de forma imediata, com segurança jurídica e respaldo institucional.



2.1. Interseção estratégica entre Órgãos Licenciadores

A dispensa de alvarás e licenças ocorre pela colaboração entre órgãos licenciadores, isentando atividades de baixo risco.

Gestores estaduais e municipais devem seguir as normas e informar ao DREI, que coleta dados no Mapa de Empresas para garantir transparência. O DREI promove a integração entre órgãos, Juntas Comerciais e entes federativos, apoiando a simplificação nacional.



2.2. Interseção estratégica entre Órgãos Licenciadores

Quando a norma estadual abrange apenas um dos órgãos licenciadores, aplica-se a lista nacional da Resolução CGSIM nº 51/2019 aos demais. Na ausência de norma local, prevalece a classificação nacional de baixo risco.

A consolidação realizada pelo DREI considerou as normas comunicadas pelos Estados, a interseção entre órgãos licenciadores e o número de CNAEs dispensados de atos públicos de liberação, organizando os resultados em ranking nacional.

Os dados integram o Mapa de Empresas, evidenciando o avanço da Lei da Liberdade Econômica e da Lei da REDESIM. A iniciativa é conduzida pelo MEMP, por meio da SANE e do DREI, em parceria com as Juntas Comerciais, entes federativos e entidades representativas, fortalecendo um ambiente de negócios mais simples, seguro e competitivo em todo o país.



3. RANKING POR ESTADO

Esta seção apresenta os estados e o Distrito Federal ordenados conforme o número de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças até o final do 4º trimestre de 2025.



1º PARANÁ – 975

2º GOIÁS – 962

3º SÃO PAULO – 948

4º SERGIPE – 936

5º MINAS GERAIS – 915

6º PIAUÍ – 908

7º SANTA CATARINA – 896

8º PERNAMBUCO – 847

9º MARANHÃO – 789

10º RIO GRANDE DO SUL – 770

11º ESPÍRITO SANTO – 620

12º MATO GROSSO DO SUL – 612

13º RIO DE JANEIRO – 520

14º AMAPÁ – 387

3. Mapa Nacional da Simplificação

Esta seção apresenta os estados e o Distrito Federal ordenados conforme o número de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças até o final do 4º trimestre de 2025.



3.2. Ranking Nacional de Simplificação por Unidade Federativa

POSIÇÃO	ESTADO	NÍVEL DE SIMPLIFICAÇÃO	CNAES	NORMA
1º	PARANÁ	<div></div>	975	
2º	GOIÁS	<div></div>	962	
3º	SÃO PAULO	<div></div>	948	
4º	SERGIPE	<div></div>	936	
5º	MINAS GERAIS	<div></div>	915	
6º	PIAUÍ	<div></div>	908	
7º	SANTA CATARINA	<div></div>	896	
8º	PERNAMBUCO	<div></div>	847	
9º	MARANHÃO	<div></div>	789	
10º	RIO GRANDE DO SUL	<div></div>	770	
11º	ESPÍRITO SANTO	<div></div>	620	
12º	MATO GROSSO DO SUL	<div></div>	612	
13º	RIO DE JANEIRO	<div></div>	520	
14º	AMAPÁ	<div></div>	387	
15º	ACRE	<div></div>	300	
15º	ALAGOAS	<div></div>	300	
15º	AMAZONAS	<div></div>	300	
15º	BAHIA	<div></div>	300	
15º	CEARÁ	<div></div>	300	
15º	RORAIMA	<div></div>	300	
15º	MATO GROSSO	<div></div>	300	
15º	PARÁ	<div></div>	300	
15º	PARAÍBA	<div></div>	300	
15º	RIO GRANDE DO NORTE	<div></div>	300	
15º	RONDÔNIA	<div></div>	300	
15º	TOCANTINS	<div></div>	300	
16º	DISTRITO FEDERAL	<div></div>	289	



3.3. AVANÇO DA SIMPLIFICAÇÃO

Estados Impulsionam a Liberdade Econômica e Fortalecem o Ambiente de Negócios no Brasil.

Os dados nacionais mostram avanços significativos na política de simplificação e liberdade econômica.

Os Estados que editaram normas próprias conseguiram ampliar expressivamente a quantidade de atividades dispensadas de alvarás e licenças, enquanto 14 unidades da federação e o Distrito Federal ainda seguem a lista federal, com até 300 CNAEs dispensados.

No cenário atual, o Paraná lidera o ranking nacional com 975 atividades de baixo risco, seguido por Goiás (962), São Paulo (948), Sergipe (933), Minas Gerais (915) e Piauí (908). Na sequência, destacam-se Santa Catarina (896), Pernambuco (847), Maranhão (789), Rio Grande do Sul (770), Espírito Santo (620), Mato Grosso do Sul (612) e Rio de Janeiro (520).

Esses resultados evidenciam o empenho dos governos estaduais em simplificar processos, reduzir burocracias e fortalecer o ambiente de negócios, consolidando a política nacional de simplificação conduzida pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), por meio da Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios (SANE) e do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), em cooperação com as Juntas Comerciais e os entes federativos.



4.RANKING POR MUNICÍPIO

Até o quarto trimestre de 2025, 733 municípios de 20 estados enviaram normas específicas ao Governo Federal, sendo que 18 deles são capitais estaduais. Alguns desses municípios formalizaram a adesão à norma nacional ou estadual através de manifestação oficial. Cenário das dispensas de atividades econômicas nos municípios ao final do quarto trimestre de 2025:



A seguir, será apresentado um ranking dos municípios que dispensam mais e menos atividades econômicas em comparação com a classificação nacional. Este ranking inclui apenas os municípios que enviaram normas específicas ao Governo Federal.

O avanço na dispensa de alvarás e licenças demonstra o compromisso dos municípios com um ambiente mais simples e aberto a novos negócios. Observa-se uma concentração de resultados consistentes nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para redes de cooperação que aceleram a adoção de boas práticas e garantem segurança para empreender com menos burocracia.

Primeiramente, serão destacados os municípios que dispensam mais de 800 atividades econômicas, evidenciando aqueles que possuem maior flexibilidade regulatória e, assim, têm potencial para atrair mais investimentos e impulsionar o desenvolvimento local.

Em seguida, serão mencionados os municípios que dispensam menos de 200 atividades econômicas, destacando aqueles que mantêm um maior número de regulamentações, o que pode impactar a dinâmica econômica e a atratividade para novos negócios.



4.1. DADOS COMPARATIVOS

Pinhalzinho (SC) lidera com mais de mil atividades dispensadas, seguido por Serrinha (BA) e Portão (RS), consolidando um bloco de municípios que modernizou fluxos e ampliou previsibilidade. O agrupamento de municípios de São Paulo também apresenta números robustos, sinalizando ação coordenada e escala na simplificação.

MUNICÍPIOS COM NÚMERO MAIOR QUE 800 ATIVIDADES DISPENSADAS			
Posição	Município	Quantidade de atividades econômicas dispensadas	UF
1º	PINHALZINHO	1129	SC
2º	SERRINHA	1076	BA
3º	PORTÃO	1028	RS
4º	JABOATÃO DOS GUARARAPES	1017	PE
5º	BOA VISTA	1011	RR
6º	BAGÉ	1009	RS
7º	MONTENEGRO	987	RS
8º	PLANALTO	975	PR
8º	IBAITI	975	PR
8º	BARBOSA FERRAZ	975	PR
8º	PÉROLA	975	PR
8º	AMPÉRE	975	PR
8º	FLOR DA SERRA DO SUL	975	PR
8º	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	975	PR
9º	PINHALZINHO SC	1129	SC



4.2. DADOS COMPARATIVOS

Os municípios posicionados do meio ao final do ranking mostram evolução, ainda que em ritmo menor, o que indica espaço para expansão das medidas de dispensa. A manutenção de resultados positivos sugere que a continuidade das políticas públicas e o apoio técnico local podem aproximar esses municípios do desempenho dos líderes.

MUNICÍPIOS COM NÚMERO MENOR QUE 200 ATIVIDADES DISPENSADAS			
Posição	Município	Quantidade de atividades econômicas dispensadas	UF
183 º	IPÊ	197	RS
183 º	PLANALTINA	197	GO
184 º	ITAQUIRAÍ	190	MS
185 º	LOANDA	190	PR
186 º	ERECHIM	185	RS
187 º	BALSAS	165	MA
188 º	TEIXEIRA DE FREITAS	159	BA
189 º	DIADEMA	143	SP
189 º	RIO FORMOSO	143	PE
190 º	PORTO FERREIRA	131	SP
191 º	PAULISTA	122	PE
192 º	CRUZEIRO DO OESTE	98	PR
193 º	PARAGOMINAS	87	PA
194 º	SANTA TERESA	86	ES
195 º	BASTOS	77	SP
196 º	AMERICANA	60	SP
197 º	TIJUCAS DO SUL	52	PR
198 º	BROTAS	21	SP

[Para consultar a tabela completa, clique aqui.](#)



5.CAPITAIS – COMPARATIVO NACIONAL

As capitais brasileiras também foram analisadas individualmente. Algumas adotaram normas próprias, enquanto outras seguem as diretrizes estaduais ou a norma federal.

RANKING DE DISPENSAS NAS CAPITAIS		
Posição	Município	Quantidade de atividades econômicas dispensadas
1º	Boa Vista (RR)	1011
2º	São Paulo (SP)	911
3º	Porto Alegre (RS)	846
4º	Salvador (BA)	828
5º	Recife (PE)	779
6º	Campo Grande (MS)	612
7º	Curitiba (PR)	513
8º	Maceió (AL)	492
9º	Macapá (AP)	451
10º	Rio de Janeiro (RJ)	418
11º	Manaus (AM)	313
12º	Belém (PA)	300
12º	Brasília (DF)	300
12º	Fortaleza (CE)	300
12º	Goiânia (GO)	300
12º	João Pessoa (PB)	300
12º	Natal (RN)	300
12º	Palmas (TO)	300
12º	Rio Branco (AC)	300
12º	São Luís (MA)	300
13º	Florianópolis (SC)	290
14º	Aracaju (SE)	289
15º	Teresina (PI)	279
16º	Belo Horizonte (MG)	257
17º	Cuiabá (MT)	245
18º	Porto Velho (RO)	235
19º	Vitória (ES)	202

O ranking destaca a simplificação para empreender nas capitais: mais CNAEs dispensados significam menos etapas e mais agilidade para começar a operar.



6. ANÁLISE COMPARATIVA E EVOLUTIVA

A Lei da Liberdade Econômica representou um marco estrutural na modernização do ambiente empresarial brasileiro ao estabelecer princípios como a presunção de boa-fé do empreendedor, a intervenção mínima do Estado e a dispensa de atos públicos para atividades de baixo risco. Nesse contexto, a elevada adesão municipal observada nos estados de São Paulo (412 municípios), Rio Grande do Sul (96 municípios) e Espírito Santo (67 municípios) evidencia um avanço concreto na implementação prática desses princípios.

São Paulo se destaca de forma expressiva na quantidade de normas de município. Esse desempenho reflete uma combinação de capacidade institucional, integração entre estado e municípios e investimentos contínuos. O alto número de municípios indica um ambiente mais previsível, ágil e favorável à abertura e ao funcionamento de empresas, reduzindo custos burocráticos e incentivando o empreendedorismo em larga escala.

O Rio Grande do Sul apresenta uma adesão robusta, demonstrando evolução consistente na simplificação regulatória. O estado avançou na padronização de procedimentos, na revisão de normas obsoletas e na ampliação do uso de declarações auto declaratórias para atividades econômicas de baixo risco. Esse movimento fortalece a segurança jurídica e melhora a competitividade regional, especialmente para micro e pequenas empresas, que são as mais impactadas pela redução de exigências administrativas.

O Espírito Santo, embora menor em extensão territorial e número total de municípios, apresenta um desempenho proporcionalmente relevante.

O estado tem sido reconhecido nacionalmente por políticas de desburocratização, governança regulatória e ambiente favorável a investimentos, refletidas na rápida incorporação das diretrizes da Lei da Liberdade Econômica nos municípios. Esse avanço contribui para um ecossistema empresarial mais dinâmico, com maior atratividade para novos negócios e expansão dos já existentes.

UF	Quantidade de Municípios
SP	412
RS	96
ES	67
PR	34
BA	32
MS	27
MG	15
AL	12
SC	8
PE	7
RO	6
AP	4
MT	4
GO	2
RR	1
AM	1
SE	1
PI	1
CE	1
MA	1
PA	1



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simplificação e Liberdade Econômica: Fortalecendo os Pequenos Negócios do Brasil

A Política Nacional de Simplificação e de Dispensa de Alvarás e Licenças consolidou-se como uma das mais relevantes estratégias de Estado voltadas à modernização do ambiente de negócios brasileiro e à valorização dos pequenos empreendedores, que formam o alicerce da economia nacional e representam mais de 95% dos CNPJs ativos no país.

Sob a coordenação técnica e normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), vinculado à Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios (SANE) do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), o movimento de simplificação avança em todo o território nacional, promovendo padronização de rotinas, integração de sistemas e segurança jurídica nas ações executadas pelas Juntas Comerciais.

Mais do que reduzir burocracias, essa política traduz um compromisso permanente do Estado com a liberdade econômica, a eficiência pública e o desenvolvimento inclusivo, estimulando a formalização, a competitividade e a geração de renda em todos os territórios.

Com base em dados, tecnologia e cooperação federativa, a estratégia conduzida pelo DREI reforça o papel do Governo Federal como indutor do empreendedorismo e da inovação, assegurando que União, Estados, Distrito Federal e Municípios atuem de forma coordenada na construção de um ambiente regulatório ágil, transparente e acessível.

Fortalecer o pequeno negócio é fortalecer o Brasil.



Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



MINISTÉRIO DO
EMPREENDEDORISMO,
DA MICROEMPRESA E DA
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

